

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Cielo USA, Cateno, Aliança e Braspag (incorporada pela controlada indireta Stelo em 30.09.2020), e das controladas indiretas Stelo, MerchantE e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais) foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões estão classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pelo Grupo Cielo sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil, em conformidade com Pronunciamento CPC nº23 – Mudanças de políticas contábeis, visou resultar em informação mais fidedigna e relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, condições ou outros eventos acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho da entidade. Os saldos comparativos apresentados nas demonstrações financeiras estão ajustados para fins de comparabilidade com a nova política adotada, como segue:

(Em R\$ mil) IFRS	Lucro Líquido Consolidado Exercício/19	Patrimônio Líquido Consolidado 31/12/2019
Saldos publicados	1.789.559	15.064.943
Ajuste líquido na consolidação da Stelo (*)	<u>(32.821)</u>	<u>(37.100)</u>
Saldos rerepresentados para fins de comparação	1.756.738	15.027.843

(*) Os valores reportados e os rerepresentados estão detalhados na Nota Explicativa 2.20

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 trouxe grandes desafios para a economia e toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas tomadas para enfrentamento à pandemia trazida pela COVID-19. As medidas de isolamento e distanciamento social afetaram de forma particularmente intensa o varejo, com reflexos importantes na indústria de meios de pagamentos, devido à sua dependência em relação ao nível de consumo das famílias.

Todo este contexto operacional trouxe impactos relevantes à Cielo. A Companhia iniciou o exercício de 2020 com boas perspectivas: havia revertido no ano anterior a tendência de queda de sua base ativa de clientes e também havia registrado crescimento em volume capturado. No entanto, os impactos da pandemia se mostraram intensos, especialmente em março e ao longo do segundo trimestre. O ICVA - “Índice Cielo do Varejo Ampliado”, indicador que acompanha o desempenho de todo o varejo brasileiro, e não apenas das

transações capturadas pela Cielo - mostrou queda no consumo, que chegou a 52% na 4ª semana de março, e fechamento de até 50% dos estabelecimentos comerciais.

Embora nossos volumes capturados tenham apresentado desempenho melhor do que o observado no ICVA, chegaram a apresentar queda de 35% em abril, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Além disso, a redução do consumo afetou não apenas os negócios da Cielo, mas trouxe impactos importantes à Cateno, que ao longo do ano apresentou queda em volume, especialmente nos negócios mais rentáveis. Esse contexto pesou fortemente sobre o resultado da Companhia, principalmente no primeiro semestre.

A administração atuou de forma decisiva, tanto para minimizar os efeitos da crise para seus clientes e economia brasileira, como para gerenciar impactos sobre seu próprio negócio.

Em linha com seu compromisso com clientes, e com toda a sociedade, a Cielo teve papel importante, disponibilizando infraestrutura que auxiliou no pagamento de benefícios emergenciais por parte do governo federal. A indústria de pagamentos tem tido importância ainda mais destacada durante a pandemia, por estar se modernizando e permitindo uma aceleração da digitalização de pagamentos. A Cielo, particularmente, mostrou seu protagonismo em relação ao movimento de inovação que tem marcado a trajetória da indústria: mostramos nossa capacidade de desenvolvimento conseguindo em tempo recorde de 8 dias criar uma solução de aceitação do auxílio emergencial. Esta iniciativa permitiu que os 50 milhões de usuários dispusessem do benefício diretamente pelo app da Caixa, sem a necessidade de saque em dinheiro. A Companhia adotou outras medidas importantes: concedeu descontos em alugueis de terminais a parte de sua base de clientes, e promoveu treinamentos e soluções para que nossos clientes pudessem avançar em transações sem cartão presente, como foi o caso do Superlink, que apresentou crescimento de 1.524% em relação ao ano anterior.

Quanto aos impactos da pandemia sobre a própria Cielo, a administração tomou medidas ou acelerou iniciativas internas com o objetivo de assegurar a continuidade dos negócios, proteger o patrimônio da Companhia e otimizar sua capacidade de geração de resultados.

A Cielo adotou medidas para conter custos, gerenciar risco de crédito (restringindo operações a certos segmentos), preservar caixa e reforçar a liquidez, com objetivo de aumentar a resiliência a choques, e também permitir a expansão da oferta de produtos de prazo aos nossos clientes. Encerramos o ano com uma liquidez total de R\$4.203,9 milhões, ante R\$3.260,9 milhões ao final de 2019. O índice de alavancagem, que estava em 1,46x ao final de 2019, encerrou 2020 em 1,86x.

Do ponto de vista mercadológico, ao longo de 2020, a Cielo avançou no desenvolvimento de sua força de vendas própria e, de forma muito intensa, na melhoria da qualidade dos serviços prestados, com objetivo de melhorar a experiência de nossos clientes, bem como nossa capacidade de atrair e reter clientes.

Os canais próprios responderam por 52% dos novos clientes no último trimestre do ano, forte crescimento como resultado da expansão da nossa força de vendas. Os canais terceiros – Bancos e Parceiros – permanecem parte importante da estratégia da Cielo, e temos buscado evoluir no modelo de parcerias, na otimização dos negócios no canal bancário e na integração dos diferentes canais.

Os esforços para melhorar a qualidade dos serviços prestados apresentaram resultados importantes em 2020. Houve melhorias relevantes em indicadores de satisfação, reclamações e no NPS – Net Promoter Score. A Cielo também foi reconhecida pelo mercado, ficando em segundo lugar em ranking de qualidade divulgado pelo site Reclame Aqui em 2020. Toda a Companhia tem sido direcionada para colocar o cliente no centro do negócio. A evolução nos indicadores de qualidade reflete o esforço para melhorar a experiência dos clientes e avançar no processo de transformação digital.

Ao longo do ano, a economia brasileira mostrou capacidade de recuperação. As dificuldades trazidas pela pandemia seguem sendo percebidas, mas já é possível observar sinais importantes de retomada. O ICVA vem registrando melhora em relação ao ponto mais agudo da crise desde o terceiro trimestre. É importante, nos últimos meses observamos alguns setores nos quais a Cielo tem capturado volume de transações superior ao previsto em seu orçamento, elaborado e aprovado previamente à crise trazida pela COVID-19.

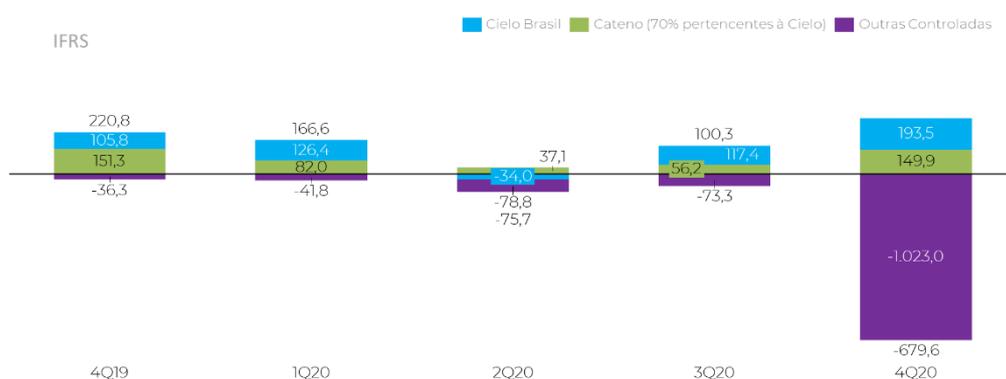
A recuperação econômica e as medidas que vêm sendo adotadas pela Companhia possibilitaram forte recuperação dos volumes capturados, de forma sequencial ao longo segundo semestre: expansão de 29,4% no

terceiro trimestre e 15,1% no último trimestre do exercício. O volume capturado atingiu R\$356,2 bilhões no segundo semestre de 2020.

Ao longo do ano, a Cielo avançou com sua estratégia de priorizar segmentos mais rentáveis, com maior foco no varejo. O volume capturado junto a esse segmento atingiu 37,3% do total no último trimestre do exercício, ante 33,1% em igual período do ano anterior. Da mesma forma, a Cielo reforçou seus recursos para viabilizar a oferta de produtos de prazo para os segmentos de varejo. Do total capturado no segmento, a penetração de produtos de prazo atingiu percentual recorde no 4T20, de 32,7%, com evoluções sequenciais ao longo do ano.

As receitas líquidas acompanharam a recuperação dos negócios, atingindo R\$5.905,1 milhões no segundo semestre e R\$11.186,0 milhões no exercício de 2020.

Lucro Líquido por Unidade de Negócio



As demonstrações do resultado da Cielo Brasil consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança e Stelo (que incorporou a Braspag em 30.09.20) e computam o resultado de equivalência patrimonial das empresas Orizon e Paggo.

As demonstrações de outras controladas consolidam as operações das empresas M4U, MerchantE, Cielo USA e Braspag até 30.09.20.

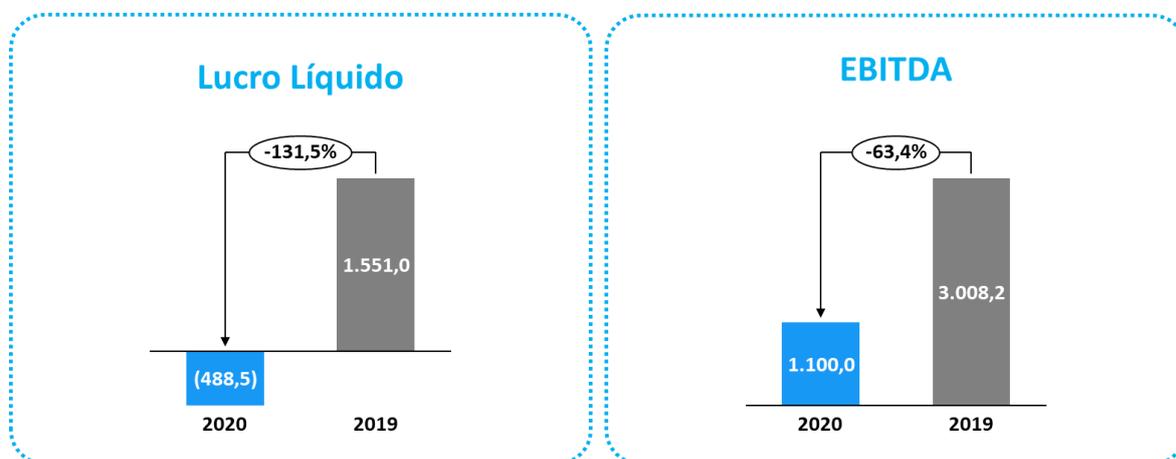
Todos esses resultados foram alcançados graças à dedicação dos 4.106 colaboradores da Companhia. Com foco em proteger seus colaboradores e suas famílias, a Cielo adotou amplamente o trabalho remoto desde o início da pandemia, permanecendo assim durante todo o ano. Há acompanhamento constante dos casos suspeitos de contágio de coronavírus, com suporte de equipe médica.

Teremos muitas mudanças na nossa indústria de credenciamento e vemos de maneira favorável as iniciativas capitaneadas pelo Banco Central do Brasil que favorecem o consumidor final, onde destacamos a iniciativa do PIX, o Registro de Recebíveis e o Open Banking. A Cielo vem se preparando para assumir protagonismo nessas mudanças. O ano de 2020, tão desafiador, mostrou a capacidade de adaptação da nossa Companhia. A Cielo seguirá focada em melhorar a experiência dos clientes e se aprofundar no processo de transformação digital, atuando com protagonismo na digitalização dos meios de pagamento na economia brasileira.

DESTAQUES 2020

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 644,0 bilhões, redução de 5,7% em relação à 2019, ou R\$ 39,2 bilhões;
- Receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.186,0 milhões, redução de 1,5% em relação à 2019, ou R\$ 167,8 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 502,7 milhões, representando uma redução de 55,2% em relação à 2019. O produto ARV atingiu 9,2% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no ano, redução de 7,1 ponto percentual em relação a 2019;

- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 11.328,2 milhões, aumento de 20,1% em relação à 2019, ou R\$ 1.892,2 milhões;
- Prejuízo Cielo totalizou R\$ 488,5 milhões, redução de 131,5% em relação à 2019, ou R\$ 2.039,5 milhões;
- EBITDA consolidado de R\$ 1.100,0 milhões, redução de 63,4% em relação à 2019, ou R\$ 1.908,4 milhões.



DESEMPENHO OPERACIONAL 2020

Volume Financeiro de Transações

Evolução Anual

Em 2020, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 644,0 bilhões, representando um redução de 5,7% em relação à 2019, ou R\$39,2 bilhões, em comparação aos R\$ 683,1 bilhões de 2019.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$360,2 bilhões em 2020, apresentando uma redução de 12,5% em relação à 2019.

Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 283,8 bilhões em 2020, aumento de 4,5% em relação à 2019.

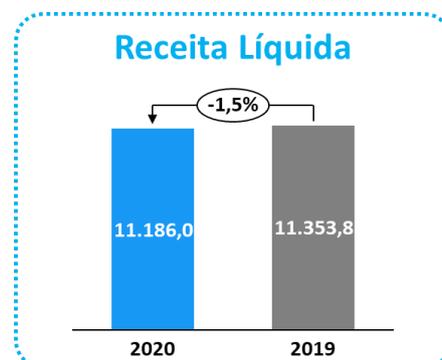
Adicionalmente, a Cielo capturou 6,2 bilhões de transações em 2020, uma redução de 13,5% em relação à 2019.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2020

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Receita Líquida

Evolução Anual



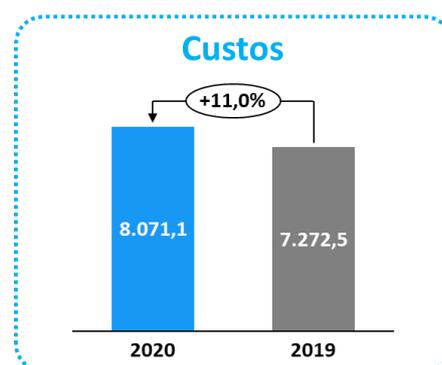
A receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.186,0 milhões em 2020, representando uma redução de R\$ 167,8 milhões ou 1,5%, quando comparada com R\$ 11.353,8 milhões de 2019.

A redução se deve ao decréscimo do volume capturado e à redução do preço médio decorrente do ambiente competitivo (ambos que impactam a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e Stelo), dos maiores descontos concedidos aos clientes no aluguel de terminais de captura, e à queda nas receitas de gestão de cartões da bandeira Ourocard da controlada Cateno (principalmente em razão da mudança do perfil de produtos – ganho da participação do débito - e dos segmentos de clientes - clientes com menor taxa média de preços), sendo referidos efeitos reflexos também do impacto na atividade econômica gerado pela pandemia da COVID-19.

Essa redução foi parcialmente compensada pelo impacto positivo resultante da mudança no objeto do contrato de incentivo com os bancos (contratação de serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes prestados pelos bancos, que passaram a ser registrados como custos dos serviços prestados a partir do 1T20), pela valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (MerchantE), pela expansão das vendas de recarga de celular pelas controladas M4U e pelo aumento nas receitas na modalidade de Pagamento em dois dias na Controladora.

Custos dos Serviços Prestados

Evolução Anual



Os custos dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 8.071,1 milhões em 2020, representando um aumento de R\$ 798,6 milhões, ou 11,0% em comparação à 2019. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 423,2 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana MerchantE**, devido exclusivamente à desvalorização do real frente ao dólar médio na comparação entre os exercícios;

- (ii) Aumento líquido de R\$ 216,7 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, diretamente relacionado ao crescimento dos negócios na revenda de recarga de celular, sobretudo, na modalidade virtual;
- (iii) Os **custos vinculados aos equipamentos e outros da Cielo e da Stelo** tiveram aumento de R\$ 105,1 milhões, principalmente pelo aumento nos custos de depreciação e amortização devido à aquisição de terminais de captura e à amortização de safras de 2019 de subsídio na venda de equipamentos a clientes, parcialmente compensado pela redução nos gastos com peças de reposição e manutenção de terminais de captura.
- (iv) Aumento de R\$ 28,8 milhões em **outros custos**, incluindo custos de pessoal, correspondente ao aumento no quadro de colaboradores, ao reajuste salarial firmado em acordo coletivo em 2020 e aos efeitos de méritos e promoções;
- (v) Aumento líquido de R\$ 14,3 milhões em **custos relacionados à transação** na Cielo e Stelo, decorrente dos gastos incorridos com serviços de prospecção e manutenção de clientes prestados pelos bancos a partir de 1º de janeiro de 2020 (novo contrato), compensados parcialmente pela redução nos gastos com *fees* de bandeiras e serviços de processamento (devido a menor volumetria de transações, menores gastos com projetos e ações de eficiência para redução dos gastos);
- (vi) Aumento líquido de R\$ 10,8 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, correspondente aos gastos de embossamento e postagens de cartões, compensado parcialmente por menores gastos com atendimento presencial a clientes nas agências e emissão de faturas (devido à migração para canais digitais, com menor custo).

Despesas Operacionais

Evolução Anual



As despesas operacionais totalizaram R\$ 3.259,3 milhões em 2020, apresentando um aumento de R\$ 1.105,0 milhões ou 51,3% em relação à 2019. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$ 55,7 milhões ou 7,8%, para R\$ 772,5 milhões em 2020, comparados com os R\$ 716,8 milhões em 2019. O aumento ocorreu na controlada MerchantE, principalmente pelo efeito da apreciação do dólar, e nos gastos com plano de ações restritas (remuneração baseada em ações) na Cielo (efeito de menores gastos no ano anterior).

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 79,6 milhões ou 18,7%, para R\$ 505,1 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 425,5 milhões de 2019. O acréscimo está substancialmente relacionado aos gastos pontuais de reestruturação da controlada MerchantE, somado ao efeito da apreciação do dólar sobre as despesas da controlada americana, compensado por redução nas despesas da Cielo e demais controladas decorrente de ações de eficiência em gastos.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 171,6 milhões ou 31,5%, para R\$ 373,4 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 545,0 milhões de 2019. A redução decorre de menores gastos com campanhas de marketing e da otimização da força comercial para credenciamento de novos clientes na Cielo, por meio da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria.

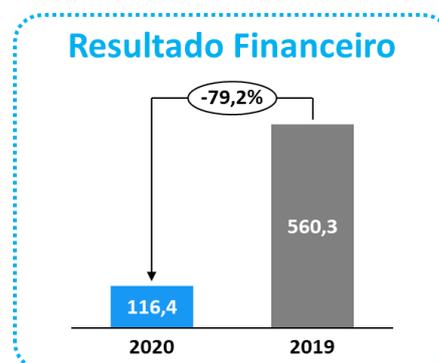
Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 1.129,8 milhões ou 237,2%, para R\$ 1.606,1 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 476,3 milhões de 2019. O acréscimo decorre do reconhecimento da redução ao valor recuperável de parte do ágio pago na aquisição da controlada no exterior MerchantE, após a realização do teste anual de impairment, no montante de R\$ 987,2 milhões*; ao incremento de perdas operacionais na controlada Cateno (R\$ 208,5 milhões em 2020 e R\$ 65,4 milhões em 2019), reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia da COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência), bem como à perda operacional na Cielo, no montante de R\$ 24,9 milhões, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza; ao incremento de provisão para créditos incobráveis decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID-19 (complemento de provisão de R\$ 6,8 milhões), e às perdas com terminais de captura na Cielo no montante de R\$ 42,8 milhões (todos esses eventos da Cielo considerados como não recorrentes), compensado parcialmente pela venda de carteira de clientes inadimplentes (créditos incobráveis já apropriados para perda em períodos anteriores) na Controladora por R\$ 18,0 milhões e pelo ressarcimento de gastos do Arranjo Ourocard de R\$ 29,9 milhões, na controlada Cateno, conforme acordo contratual entre Cateno e o Banco do Brasil S.A.

* Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). Este efeito foi reconhecido apenas nos livros em IFRS, pois, conforme preceitua IAS 36 – Impairment of Assets, os ágios são mantidos a valor histórico e submetidos ao teste de impairment, no mínimo, anualmente. Nas Demonstrações Financeiras em COSIF, não houve o reconhecimento desse impairment, pois, conforme as práticas contábeis do Banco Central do Brasil, o ágio é amortizado pela expectativa de vida útil futura e, nessa data, já estava completamente amortizado.

Equivalência Patrimonial – Redução do resultado de equivalência patrimonial em R\$ 11,5 milhões ou 124,4%, para R\$ 2,2 milhão negativo em 2020, quando comparado aos R\$ 9,2 milhões positivos em 2019. O decréscimo está relacionado aos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o resultado da controlada em conjunto Orizon (participação detida pela Cielo foi alienada em janeiro de 2021).

Resultado Financeiro

Evolução Anual



O resultado financeiro totalizou R\$ 116,4 milhões em 2020, representando uma redução de R\$ 443,9 milhões ou 79,2% em relação à 2019, que obteve um resultado de R\$ 560,3 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente devido aos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 21,1 milhões ou 11,6%, para R\$ 160,6 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 181,7 milhões de 2019. O decréscimo das receitas financeiras está substancialmente relacionado à redução do saldo médio aplicado na controlada Cateno e à queda na taxa CDI, compensado parcialmente pelo aumento do saldo médio aplicado na Controladora.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 230,3 milhões ou 31,1%, para R\$ 517,0 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 747,3 milhões de 2019. A redução está sobretudo relacionada à queda da taxa CDI e à liquidação parcial das dívidas em moeda estrangeira ao longo de 2020.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, líquida dos tributos, totalizou R\$ 502,7 milhões em 2020, apresentando uma redução de R\$ 620,3 milhões ou 55,2%, quando comparada com os R\$ 1.123,0 milhões de 2019. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de crédito adquirido e à queda da taxa de desconto. A partir do 2T20, no cenário de pandemia da COVID-19, a

Companhia passou a adotar medidas restritivas na alocação de recursos em segmentos de riscos elevados e passou a privilegiar o atendimento de clientes de médio e de pequeno porte.

Varição cambial, líquida – A variação cambial líquida totalizou R\$ 29,9 milhões de perda em 2020, apresentando uma variação de R\$ 32,8 milhões, quando comparada com os R\$ 2,9 milhões de ganho de 2019. A variação está relacionada à marcação a mercado de derivativos contratados com o propósito de proteger passivos indexados à moeda estrangeira e ao efeito cambial incidente sobre a posição de caixa em moeda estrangeira oriunda de transações de cartão de crédito realizadas por estrangeiros no Brasil.

EBITDA

EBITDA

Evolução Anual

O EBITDA totalizou R\$ 1.100,0 milhões em 2020, representando uma redução de 63,4% em relação à 2019, ou R\$ 1.908,4 milhões, conforme demonstrado a seguir.

EBITDA (R\$ milhões)	2020	2019
Lucro Líquido (Prejuízo) Cielo	(488,5)	1.551,0
Outros acionistas que não a Cielo	141,2	205,7
Resultado Financeiro Líquido	(116,4)	(560,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	319,2	730,5
Depreciação e Amortização	1.244,5	1.081,3
EBITDA	1.100,0	3.008,4
% Margem EBITDA	9,8%	26,5%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Para o cálculo, ao lucro líquido da Controladora foi acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19

De acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, as vendas no Comércio Varejista registraram queda nominal de 10,4% em 2020 em relação à 2019, resultado este impactado pelos efeitos da COVID-19. Durante o 4T20, o ICVA apontou queda de 10% em vendas no varejo durante a *Black Friday* de 2020, quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Essa queda no varejo presencial durante a *Black Friday* foi parcialmente compensada pelas vendas no e-commerce que cresceram 31,8%, sendo que, se excluirmos os setores mais impactados como turismo e transportes, o aumento seria de 60,4%.

Os impactos do isolamento social e da crise econômica causados pela pandemia da COVID-19 foram sentidos com a redução do volume na Cielo e Cateno, e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio,

respectivamente, além da apreciação do dólar, impactando as receitas e despesas das controladas no exterior Cielo Inc. e MerchantE.

Considerando que o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e conseqüentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Companhia manteve, desde o início da pandemia, critério mais rigoroso para provisão de perdas dos saldos em atraso de clientes avaliados como segmento de alto risco de inadimplência. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, sendo reavaliado mensalmente, de acordo com a evolução da carteira de cobrança.

Durante o ano, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico. Adicionalmente, tão logo do início do surto da COVID-19 no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Companhia. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e conseqüente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que mantém sua capacidade de gerenciar o caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos de curto prazo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Cielo.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Cielo, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado,

empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Cielo, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros ad hoc do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Cielo e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 11 (onze) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Negócios, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Cielo, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com um Fórum de Diversidade, coordenado pelo Presidente da companhia e que assessoria a Diretoria-Executiva e quatro grupos de afinidades (Etnia, LGBTQIA+, Gênero e PCDs) que visam promover

a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

No quarto trimestre de 2020, iniciou-se a revisão do Plano Estratégico de Sustentabilidade, com vigência até 2021, que visa estabelecer novos direcionadores estratégicos da Companhia para sua atuação nos pilares de sustentabilidade no período 2021-2025. A revisão está sendo pautada pela avaliação de desempenho em sustentabilidade, obtida com os programas e práticas vigentes, em diálogos estratégicos com *stakeholders* e na avaliação dos aspectos materiais geradores de valor compartilhado.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

Em linha com sua estratégia climática, a Cielo responde à iniciativa de transparência do *Carbon Disclosure Initiative* (CDP), e integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e, desde o primeiro semestre de 2020, compõe também o índice de resiliência climática, ICDPR-70, composto de empresas com scores C, ou superior, do CDP, dentre as 100 ações mais líquidas da B3. A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Cielo. Por meio do Código de Conduta Ética, a Cielo busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em maio de 2020, o Relatório de Sustentabilidade 2019, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Cielo, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Cielo, integra, pelo oitavo ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Cielo, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Desde 2011, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante 2020, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2020, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2019, asseguarção razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo e a revisão do

Formulário de Referência de 2019. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 498,5 mil e representa cerca de 19,0% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2020 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Orizon, e Fundos de Investimentos (FIDC's).

Cielo S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras
(*IFRS*)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	15
1 Contexto operacional	14
2 Resumo das principais práticas contábeis	15
3 Demonstrações financeiras consolidadas	24
4 Caixa e equivalentes de caixa	26
5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	27
6 Fundo de investimento em direitos creditórios	31
7 Contas a receber operacionais	33
8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos	34
9 Investimentos	35
10 Imobilizado	37
11 Intangível	38
12 Contas a pagar a clientes	41
13 Empréstimos e financiamentos	41
14 Outras obrigações	43
15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais	44
16 Patrimônio líquido	47
17 Lucro líquido por ação	51
18 Receita operacional líquida	52
19 Despesas por natureza	52
20 Outras despesas operacionais, líquidas	53
21 Compromissos	53
22 Benefícios a empregados	53
23 Participação de colaboradores e administradores no lucro	54
24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal	54
25 Plano de ações restritas	55
26 Resultado financeiro	56
27 Gestão de Riscos	56
28 Transações e saldos com partes relacionadas	62
29 Informações por segmento de negócio	66
30 Itens que não afetam o caixa	68
31 Cobertura de seguros	68
32 Eventos Subsequentes	68
33 Aprovação das demonstrações financeiras	68

KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 2856-5300, Fax 55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Cielo S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por Instituições Financeiras, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que, entre outros, é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e, que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, o processamento e a liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Adicionalmente, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelas bandeiras, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro das transações e da receita operacional. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas nº 5 e nº 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada – Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A) e ágios

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, as demonstrações financeiras consolidadas incluem valores de ágios oriundos da aquisição de investimentos e ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Sociedade. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do ativo intangível registrado nas demonstrações financeiras consolidadas consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos valores de ágios oriundos da aquisição de investimentos e do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida. Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados nos últimos estudos anuais de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nestes estudos. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração nestas últimas avaliações anuais efetuadas com o desempenho econômico e financeiro das Controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras consolidadas descritas na nota explicativa nº 10.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e ágios e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Os principais riscos de crédito aos quais a Sociedade está exposta são : (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de *chargeback*, estorno ou cancelamento quando

da realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Sociedade constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e com base na metodologia para análise do contas a receber e mensuração da provisão, e recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações financeiras. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar

a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.507.241	3.212.392	Contas a pagar a clientes	12	61.770.336	63.339.623
Contas a receber operacionais	7	70.975.686	73.044.308	Empréstimos e financiamentos	13	40.960	918.337
Contas a receber de partes relacionadas	28	29.907	-	Fornecedores		640.868	651.632
Impostos antecipados e a recuperar		587.255	14.638	Impostos e contribuições a pagar	8	359.096	83.698
Despesas pagas antecipadamente		69.744	103.147	Dividendos a pagar	16.h)	143.701	72.183
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		238.726	48.580	Instrumentos financeiros derivativos	5	2.079	47.513
Outros valores a receber	7	99.277	173.246	Obrigações com cotas senior FIDC	6	3.041.462	2.000.352
Total do ativo circulante		75.507.836	76.596.311	Outras obrigações	14	903.681	830.041
Não circulante				Total do passivo circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.162.398	1.134.911			66.902.183	67.943.379
Depósitos judiciais	15.b)	1.578.987	1.594.140	Não circulante			
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		457.892	-	Empréstimos e financiamentos	13	8.903.652	8.327.298
Outros valores a receber	7	22.397	27.808	Obrigações com cotas de fundos de investimento		8.202	53.243
Investimentos	9	132.058	136.371	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	1.838.719	1.830.747
Imobilizado	10	1.055.647	961.051	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	34.864	70.747
Intangível	11	11.890.183	12.875.078	Outras obrigações	14	61.694	72.413
Total do ativo não circulante		16.299.562	16.729.359	Total do passivo não circulante		10.847.131	10.354.448
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.a)	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	16.b)	71.156	69.285
				Transações de capital entre sócios	16.c)	(108.441)	(82.284)
				Ações em tesouraria	16.d)	(84.815)	(56.198)
				Resultados abrangentes	16.e)	341.252	45.693
				Reservas de lucros	16.f) e g)	5.024.096	5.679.022
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		10.943.248	11.355.518
				Participação de outros acionistas que não a Cielo		3.114.836	3.672.325
				Total do patrimônio líquido		14.058.084	15.027.843
Total do ativo		91.807.398	93.325.670	Total do passivo e patrimônio líquido		91.807.398	93.325.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
Receita líquida	18	11.186.013	11.353.842
Custo dos serviços prestados	19	(8.071.148)	(7.272.480)
Lucro bruto		3.114.865	4.081.362
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	19	(772.533)	(716.827)
Gerais e administrativas	19	(505.070)	(425.472)
Vendas e marketing	19	(373.416)	(544.988)
Equivalência patrimonial	9	(2.247)	9.206
Outras despesas operacionais, líquidas	19 e 20	(1.606.082)	(476.271)
Lucro (prejuízo) operacional		(144.483)	1.927.010
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	160.639	181.670
Despesas financeiras	26	(517.026)	(747.297)
Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	26	502.672	1.123.014
Variação cambial e MtM, líquido	26	(29.918)	2.873
		116.367	560.260
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(28.116)	2.487.270
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(397.643)	(772.343)
Diferidos	8	78.421	41.811
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(347.338)	1.756.738
Atribuído a:			
Acionistas controladores		(488.505)	1.551.007
Outros acionistas que não a Cielo		141.167	205.731
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$) - Básico	17	(0,12817)	0,64759
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	(0,12778)	0,64664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	<u>Exercício/20</u>	<u>Exercício/19</u> (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(347.338)	1.756.738
Resultados abrangentes		
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	281.692	42.314
Resultado com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	-	13.214
Benefício pós-emprego	<u>13.867</u>	<u>(16.783)</u>
Movimentações do exercício	<u>295.559</u>	<u>38.745</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(51.779)</u>	<u>1.795.483</u>
Atribuído a:		
Acionistas controladores	(192.946)	1.589.754
Outros acionistas que não a Cielo	<u>141.167</u>	<u>205.729</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Transações de Capital	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros	Resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.700.000	74.882	(50.578)	(82.284)	1.049.745	3.795.879	709.500	-	6.948	11.204.092	3.666.004	14.870.096
Mudança de prática contábil - Adoção inicial IFRS 16 e retirada defasagem Stelo	-	-	-	-	-	(8.165)	-	-	-	(8.165)	-	(8.165)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Ações restritas outorgadas	-	11.612	-	-	-	-	-	-	-	11.612	-	11.612
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(17.209)	17.209	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.551.007	-	1.551.007	205.731	1.756.738
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	-	-	79.008	-	-	(79.008)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(81.276)	-	(81.276)	-	(81.276)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(404.000)	-	(404.000)	-	(404.000)
Dividendos propostos pagos	-	-	-	-	-	-	(709.500)	(224.168)	-	(933.668)	-	(933.668)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	762.555	-	(762.555)	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	42.314	42.314	-	42.314
Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	13.214	13.214	-	13.214
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.783)	(16.783)	-	(16.783)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.410)	(199.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.000	69.285	(56.198)	(82.284)	1.128.753	4.550.269	-	-	45.693	11.355.518	3.672.325	15.027.843
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(40.214)	-	-	-	-	-	-	(40.214)	-	(40.214)
Ações restritas outorgadas	-	13.468	-	-	-	-	-	-	-	13.468	-	13.468
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(11.597)	11.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores, sem mudança no controle	-	-	-	(26.157)	-	-	-	-	-	(26.157)	-	(26.157)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(488.505)	-	(488.505)	141.167	(347.338)
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	-	-	11.247	-	-	(11.247)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(151.470)	-	(151.470)	-	(151.470)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(14.951)	-	(14.951)	-	(14.951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	(666.173)	-	666.173	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	281.692	281.692	-	281.692
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	13.867	13.867	-	13.867
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(698.656)	(698.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	71.156	(84.815)	(108.441)	1.140.000	3.884.096	-	-	341.252	10.943.248	3.114.836	14.058.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(28.116)	2.487.270
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10 e 11	1.244.519	1.081.278
Baixas de imobilizado e intangível	10 e 11	83.910	19.412
Equivalência patrimonial	9	2.247	(9.206)
Redução ao valor recuperável - impairment	11	987.910	-
Varição cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	(682.726)	(89.713)
Ações restritas outorgadas		1.871	(5.597)
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude	20	511.854	389.382
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	58.103	83.939
Varição cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	13	788.882	121.829
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(302.417)	(119.687)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	254.397	481.558
Amortização de custos de emissão de dívidas	13	33.700	14.658
Efeito de variação cambial sobre conversão de ativos e passivos no exterior		281.692	42.314
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		1.556.768	(10.497.579)
Contas a receber com partes relacionadas		(29.907)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.386)	(7.109)
Impostos antecipados e a recuperar		(572.617)	(7.586)
Depósitos judiciais	15.b)	15.153	43.237
Outros valores a receber		79.380	(67.925)
Despesas pagas antecipadamente		33.403	(37.615)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		(391.055)	42.928
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(82.402)	(32.043)
Impostos e contribuições a pagar		278.607	(106.309)
Contas a pagar a Clientes		(1.569.443)	9.561.645
Dividendos a pagar		(16.559)	7.556
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	(50.131)	(35.389)
Outras obrigações		77.798	111.879
Caixa proveniente das operações		2.541.435	3.473.127
Imposto de renda e contribuição social pagos		(358.786)	(998.993)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.182.649	2.474.134
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	2.124	2.060
(Aquisições) de imobilizado de uso	10	(424.982)	(629.108)
(Aquisições) de intangível	11	(322.433)	(565.532)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(745.291)	(1.192.580)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	13	6.097.196	18.488.597
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	13	(7.143.479)	(17.182.565)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	13	(22.040)	(37.883)
Juros pagos	13	(309.679)	(503.536)
Aquisição de ações em tesouraria		(40.214)	(22.829)
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		11.597	17.209
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(217.687)	(1.702.579)
Resgate de ações pagos a terceiros		(559.313)	-
Obrigações com cotas senior FIDC		1.041.110	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.142.509)	(943.586)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		294.849	337.968
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	3.507.241	3.212.392
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		(65.694)	(45.053)
Saldo inicial	4	3.212.392	2.874.424
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		294.849	337.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	<u>Exercício/20</u>	<u>Exercício/19</u> (Reapresentado)
Receitas			
Vendas de serviços	18	12.273.441	12.504.436
Perda com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude	20	(511.854)	(389.382)
		<u>11.761.587</u>	<u>12.115.054</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(6.172.599)	(6.183.467)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.266.080)	(763.506)
Outros gastos, líquidos	20	(29.056)	(70.848)
(Perda) recuperação na realização de ativos	20	(1.065.172)	(16.041)
		<u>(8.532.907)</u>	<u>(7.033.862)</u>
Valor adicionado bruto		<u>3.228.680</u>	<u>5.081.192</u>
Retenções			
Depreciações e amortizações	10 e 11	(1.244.519)	(1.081.278)
Valor adicionado líquido produzido		<u>1.984.161</u>	<u>3.999.914</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	9	(2.247)	9.206
Receitas financeiras, incluindo aquisição de recebíveis e variação cambial líquida	26	633.393	1.307.558
		<u>631.146</u>	<u>1.316.764</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>2.615.307</u>	<u>5.316.678</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(834.670)	(757.937)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	23	(124.825)	(118.105)
Impostos, taxas e contribuições		(1.495.873)	(1.960.854)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(507.276)	(176.459)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(628.168)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		(166.421)	(81.276)
Retenção de lucro/prejuízo		654.925	(1.388.148)
Outros acionistas que não a Cielo		(141.167)	(205.731)
Valor adicionado distribuído		<u>(2.615.307)</u>	<u>(5.316.678)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e controladas em conjunto (“joint ventures”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- A partir de março de 2020, foram sentidos os impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”), e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Como estratégia da gestão de caixa, passou-se a privilegiar o reforço de liquidez da Companhia. Adicionalmente, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a acompanhar mensalmente a evolução dos desdobramentos da pandemia e a rever suas estimativas contábeis frente aos possíveis impactos decorrentes do isolamento social. Durante o ano, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico.
- Em julho de 2020, foi feito o resgate das cotas seniores e mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”), em razão de seus vencimentos, e foi realizada a segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. São R\$3.000.000 em títulos seniores da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,25% ao ano e R\$1.250.000 em cotas mezanino da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,30% ao ano. As cotas seniores possuem prazo de 12 meses, sendo seu vencimento programado para julho de 2021. Em novembro de 2020, foi realizado o resgate antecipado da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.
- Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo Swap, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidado na mesma data.

- Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de *impairment*, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). Este efeito foi reconhecido apenas nos livros em IFRS, pois, conforme preceitua IAS 36 – *Impairment of Assets*, os ágios são mantidos a valor histórico e submetidos ao teste de *impairment*, no mínimo, anualmente. Nas Demonstrações Financeiras em COSIF, não houve o reconhecimento desse *impairment*, pois, conforme as práticas contábeis do Banco Central do Brasil, o ágio é amortizado pela expectativa de vida útil futura e, nessa data, já estava completamente amortizado.

Eventos societários

Aquisição de participação remanescente na Multidisplay

A Companhia, em maio de 2020, acordou, junto aos sócios-fundadores da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”), o montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos mesmos, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

Em 19 de novembro de 2020, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), ocorreu a conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay pela Cielo, passando esta a deter 100% de participação. Decorrente da aquisição, foi reconhecido um ágio como transação de capital entre sócios no montante de R\$ 26.157.

Incorporação da Braspag

Em 30 de setembro de 2020, a controlada direta Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) foi incorporada pela controlada indireta Stelo S.A. (“Stelo”) com a versão de todos os seus bens, direitos e obrigações para a Stelo. A Incorporação tem por finalidade simplificar a estrutura organizacional e as práticas contábeis e societárias, bem como proporcionar redução de custos e melhoria de resultados decorrente da melhor organização operacional e administrativa do grupo econômico, visando dar maior agilidade e eficiência na condução dos negócios. A partir desta operação a Cielo passou a deter participação direta na Stelo de 21,36% e indireta de 100%.

A Braspag foi incorporada com base nos saldos apurados no laudo de avaliação patrimonial com data-base de 31 de agosto de 2020, com patrimônio líquido avaliado na data-base de R\$ 37.866 e incorporado na Stelo a partir da emissão de novas ações.

Na mesma data, após a incorporação dos saldos, foi aprovado aporte de capital na Stelo no montante de R\$ 65.500.

Resgate de ações da Cateno

Em novembro de 2020, foi realizado o resgate parcial de ações da Cateno, no valor total de R\$ 1.864.378, liquidado em caixa para as acionistas Cielo (no montante de R\$ 1.305.065, correspondentes a 70% de participação) e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 559.313, correspondentes a 30% de participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “*International Accounting*

Standards Board - IASB".

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA Inc ("Cielo USA"), o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions ("MerchantE"). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor

principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a clientes

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e quando houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no

valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.13 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas (apurado com base na média dos últimos 30 pregões, no caso de ações restritas) e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Custo amortizado

São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de mercado dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “hedge” de fluxo de caixa ou um “hedge” de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um “hedge” de valor justo, o objeto e o instrumento de “hedge” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “hedge” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “hedge” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “hedge” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada

na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de valor justo são reconhecidas na linha de Resultado Financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.18 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração a vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos

futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes Empreendedores.

Na consolidação das demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas demonstrações financeiras individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Companhia optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da Controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controlada Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Companhia preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019

	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
Ativo:			
Circulante	76.675.484	(79.173)	76.596.311
Não circulante	16.746.824	(17.465)	16.729.359
Total do ativo	93.422.308	(96.638)	93.325.670
Passivo e patrimônio líquido:			
Circulante	67.951.849	15.198	67.967.047
Não circulante	10.405.516	(74.736)	10.330.780
Patrimônio líquido	15.064.943	(37.100)	15.027.843
Total do passivo e patrimônio líquido	93.422.308	(96.638)	93.325.670

Demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Exercício de 2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Exercício de 2019 Reapresentado
Resultado:			
Receita líquida	11.347.305	6.537	11.353.842
Lucro bruto	4.095.097	(13.735)	4.081.362
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.958.611	(31.601)	1.927.010
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	2.517.887	(30.617)	2.487.270
Lucro líquido do exercício	1.789.559	(32.821)	1.756.738

(*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos acionistas da Companhia e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto, diretas e indiretas, e fundos de investimentos:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”)	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)	100,00	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)	-	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet. A Braspag foi incorporada pela Stelo em 30 de setembro de 2020.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island (“Cielo Cayman”)	-	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman foi encerrada em 23 de março de 2020.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”)	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”)	37,30	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (“FICs”)	100,00	100,00	Fundos destinados à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)	100,00	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. (“MerchantE”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. (“Stelo”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte (“back office”)

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

			para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos de disponibilidades, aplicações no mercado aberto e instrumentos financeiros equivalentes a caixa apresentados a seguir.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	129.826	237.604
Aplicações no mercado aberto	280.626	255.856
Instrumentos financeiros equivalentes caixa	3.096.789	2.718.932
Total	<u>3.507.241</u>	<u>3.212.392</u>

O detalhamento de cada grupo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado abaixo:

Disponibilidades

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e Bancos:		
Em moeda nacional	25.555	27.470
Em moeda estrangeira	104.271	210.134
Total	<u>129.826</u>	<u>237.604</u>

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía saldos de aplicações no mercado aberto.

	<u>Faixa de vencimento</u>		<u>Total</u>	
	<u>0 - 30</u>	<u>Acima de 180</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em moeda estrangeira	213.543	-	213.543	255.840
Compromissadas lastreadas em Debêntures	59.247	16	59.263	16
Compromissadas	7.820	-	7.820	-
Total	<u>280.610</u>	<u>16</u>	<u>280.626</u>	<u>255.856</u>

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa é demonstrado conforme abaixo:

	31/12/2020			31/12/2019	
	Faixa de vencimento		Acima de 365	Total	
	0 - 30	181 - 365		Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾
Mantidos para Negociação					
Títulos públicos	-	-	11.067	11.067	114.271
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	81.264
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	11.067	11.067	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	33.007
Títulos privados	993	4.001	3.080.728	3.082.581	2.604.661
Cotas de fundos de investimento	-	-	3.000.689	2.997.611	1.941.649
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	4.001	2.793	6.794	134.714
Letras Financeiras - LF	-	-	31.017	31.017	497.542
Outros	993	-	46.229	47.222	30.756
Total	993	4.001	3.091.795	3.096.789	2.718.932

⁽¹⁾ O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. As aplicações, por mais que os papéis possuam vencimentos acima de 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem nenhuma forma de restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo:		
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	48.580
Demais instrumentos financeiros (b)	696.618	-
Total	<u>696.618</u>	<u>48.580</u>
Passivo:		
Instrumentos financeiros derivativos (a)	2.079	47.513
Total	<u>2.079</u>	<u>47.513</u>

a. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor dos passivos e/ou dos ativos expostos a riscos.

“Hedge” de investimento líquidos em operações no exterior (“net investment hedge”)

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “bonds” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do “*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*” (consubstanciada na norma *International Accounting Standard 39* -

Financial Instruments: Recognition and Measurement – IAS 39), optou por designar como “*hedge*” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “*ten years bonds*”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil para proteção do risco de variação da moeda estrangeira. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “*ten years bonds*”, estava acrescido do “*gross-up*” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “*hedge accounting*”.

A contabilização dos efeitos do “*hedge*” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto na norma IAS 39. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “*hedge*”; (ii) tipo de “*hedge*”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“*hedge*” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“*hedging instrument*”); (vi) demonstração da correlação do “*hedge*” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro até 28 de julho de 2019, quando houve a liquidação parcial dos “*bonds*”. A partir desta data, a estrutura de “*hedge accounting*” foi desfeita e a variação cambial sobre os “*bonds*” passou a impactar o resultado. Nesta mesma data, a Sociedade efetuou a contratação de instrumento financeiro (termo de moedas – “*NDF*”) para a proteção da variação cambial sobre a parcela remanescente dos “*bonds*”, conforme descrito no item abaixo.

“*Non Deliverable Forward - NDF*”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “*Bonds*”, em 28 de junho de 2019, a Companhia contratou dois instrumentos “*NDF*” no valor de “nacional” de US\$ 53.500 mil cada, totalizando US\$ 107.000 mil, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, a Companhia contratou um instrumento “*NDF*” no valor nacional de US\$ 98.000 mil com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020. O mesmo foi liquidado antecipadamente no dia 15 de junho de 2020 com ajuste positivo no valor de R\$ 107.151. No mesmo dia, a Companhia contratou novos instrumentos “*NDF*” no valor total nacional de US\$ 73.700 mil com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal “*bullet*” que vão de 13 de novembro de 2020 até 14 de novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos instrumentos “*NDF*” refletia um valor justo a receber de R\$ 31.844 (R\$ 14.547 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	31/12/2020			31/12/2019	
	Valorização		Ponta Ativa	Valor justo (Mercado)	
	Nocional R\$			Valor a Receber/(pagar)	
15/06/2020	-	-	-	-	14.547
13/11/2020	8.329	724	724	-	-
14/05/2021	11.187	936	936	-	-
12/11/2021	11.343	903	903	-	-
13/05/2022	11.562	886	886	-	-
14/11/2022	362.400	28.395	28.395	-	-
Total	404.821	31.844	31.844	14.547	14.547

“Hedge” de valor justo (“fair value hedge”)

A Companhia, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166 mil, equivalente a R\$ 1.000.000 na data de contratação, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000 mil, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 13) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Companhia), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Companhia utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem. O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A operação foi liquidada em 27 de agosto de 2020, em seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a pagar de R\$ 13.480, conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	31/12/2020					31/12/2019	
	Valorização			MTM		Valor justo (Mercado)	
	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ativo	Passivo	Valor a Receber/(pagar)	
27/08/2020	504.328	-	-	-	-	-	(13.480)

Até o encerramento da operação em 27 de agosto de 2020, a relação de “hedge” estabelecida pela Companhia foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

b. Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de outros instrumentos financeiros é:

	31/12/2020			31/12/2019	
	Vencimento	Total		Total	
	Acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o Vencimento					
Outros títulos de renda fixa no exterior	191.422	191.422	191.422	-	-
Total	191.422	191.422	191.422	-	-

Como parte da estrutura criada para proteção da variação cambial dos “*Bonds*”, a Companhia contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 mil a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as “*NDFs*” descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos “*Bonds*”.

O resultado obtido dessa aplicação está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

c. Ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 31 de dezembro 2020 e de 2019, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	31/12/2020		31/12/2019		Critério de mensuração	Nível de Valor Justo
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.507.241	3.507.241	3.212.392	3.212.392	Valor justo por meio do resultado	1
Contas a receber operacionais	70.975.686	70.975.686	73.044.308	73.044.308	Custo amortizado	2
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	696.618	696.618	48.580	48.580	Valor justo por meio do resultado	2
Depósitos judiciais	1.578.987	1.578.987	1.594.140	1.594.140	Valor justo por meio do resultado	2
Outros valores a receber	121.674	121.674	201.054	201.054	Custo amortizado	2
Total de ativos financeiros	76.880.206	76.880.206	78.100.474	78.100.474		
Contas a pagar a clientes	61.770.336	61.770.336	63.339.623	63.339.623	Custo amortizado	2
Empréstimos e financiamentos	8.944.612	8.944.612	9.245.635	9.245.635	Custo amortizado	2
Instrumentos financeiros derivativos	2.079	2.079	47.513	47.513	Valor justo por meio do resultado	2
Fornecedores	640.868	640.868	651.632	651.632	Custo amortizado	2
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	3.049.664	3.049.664	2.053.595	2.053.595	Custo amortizado	2
Outras obrigações	964.855	964.855	902.454	902.454	Custo amortizado	2
Total de passivos financeiros	75.372.414	75.372.414	76.240.452	76.240.452		

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo

prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Sociedade aplica a IFRS 09 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 mensuração ao valor justo. Os ativos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- *Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.*
- *Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.*
- *Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo.*

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para as aplicações em CDB e em fundos de investimentos, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc) e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Fundos de investimentos em direitos creditórios:** Sob condições normais, o valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** O valor justo foi calculado pelos recebimentos previstos de principal e juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas previstas em contrato.
- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos “swaps”.

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis, voltando a operar com novas aquisições a partir desta data. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Em julho de 2020, a Companhia realizou o resgate da totalidade das cotas do FIDC Plus devido ao seu vencimento e realizou sua segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. Em novembro de 2020, foi realizado o

resgate da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.

Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC Plus e o FIDC têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas seniores II e mezanino B do FIDC Plus são pagos semestralmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos, a partir de 120 dias de sua emissão, e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas seniores II o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC	57.285	41.324	41.324	-
FIDC Plus	150.280.030	4.851.136	1.809.674	3.041.462
Sênior	3.000.000	3.041.462	-	3.041.462
Subordinada	147.280.030	1.809.674	1.809.674	-
Total	150.337.315	4.892.460	1.850.998	3.041.462

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão assim demonstrados:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	41.427	103	41.324	82.047	217	81.830
FIDC Plus	4.851.691	555	4.851.136	9.805.299	1.704	9.803.595
Total	4.893.118	658	4.892.460	9.887.346	1.921	9.885.425

As demonstrações de resultado dos fundos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentadas a seguir:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	31/12/2020		
	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	13.417	522.494	535.911
Receitas financeiras	775	49.483	50.258
Despesas financeiras	-	(15.698)	(15.698)
Outras despesas operacionais	(29.698)	(1.085)	(30.783)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(15.506)	555.194	539.688

	31/12/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	9.380	1.162.265	1.171.645
Receitas financeiras	159	13.169	13.328
Despesas financeiras	-	(1.228)	(1.228)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(5.129)	(71)	(5.200)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	4.410	1.174.135	1.178.545

7 Contas a receber operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de emissores (a)	70.295.050	72.271.624
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	12.214	169.651
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (c)	165.161	157.511
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (d)	542.177	525.558
Outras contas a receber	82.758	121.018
Total	71.097.360	73.245.362

- (a) Corresponde aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º semestre de 2020, foram cedidos o total de R\$ 4.775.198 em recebíveis a um custo médio de 142,74% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, não há saldos de cessões em aberto.
- (b) Corresponde a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (d) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard.

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	71.074.963	73.217.554
Vencidos até 45 dias	22.397	27.808
Total	71.097.360	73.245.362

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.116)	2.487.270
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	9.559	(845.672)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	51.500	164.994
Benefício fiscal de P&D	4.946	10.928
Equivalência patrimonial	(764)	3.130
Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	10.197
Benefício Fiscal – MerchantE (a)	20.272	-
Diferença de Alíquota de Imposto de Renda EUA	(32.009)	(25.478)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	(38.426)	(53.029)
Efeito fiscal sobre redução ao valor recuperável de ágio (b)	(332.586)	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(1.715)	4.398
Imposto de renda e contribuição social	<u>(319.222)</u>	<u>(730.532)</u>
Correntes	(397.643)	(772.343)
Diferidos	78.421	41.811

(a) Em 2020, houve ampliação do benefício fiscal aproveitado pela MerchantE, no montante de R\$ 17.969, oferecido pelo governo americano, que possibilitou a compensação de impostos retroativos aos últimos 5 anos para o prejuízo de 2020, com o objetivo de amenizar o impacto do COVID na economia americana (antes da aprovação deste benefício, as empresas só estavam autorizadas a compensar impostos referentes aos 2 últimos anos).

(b) Efeito fiscal sobre redução ao valor recuperável de ágio: Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de R\$ 978.183, conforme descrito na nota explicativa 11 a).

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda – corrente, totalizaram R\$ 6.338 respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.965 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos	610.917	608.191
Provisão para despesas diversas	335.084	328.791
Prejuízo fiscal e base negativa	93.678	93.678
Provisões para perdas	122.719	104.251
Total	<u>1.162.398</u>	<u>1.134.911</u>

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.

	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da MerchantE, adquirida em 2012	1.923	6.220
Outras diferenças temporárias	26.753	58.339
Passivo diferido sobre deságio	6.188	6.188
Total	34.864	70.747

Conforme melhor estimativa da Administração, parte dos créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 457.804 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 704.595, será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 39,71% das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

c. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	257.700	(17.497)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	25.473	26.256
Imposto Sobre Serviços – ISS	49.547	47.564
Programa de Integração Social - PIS	5.431	5.459
Outros tributos a recolher	20.945	21.917
Total	359.096	83.698

9 Investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
Em controladas em conjunto	121.915	126.228
Ágio na aquisição de investimentos	10.143	10.143
Total	132.058	136.371

Os ágios decorrentes de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto estão incluídos no valor contábil do investimento. Os demais ágios gerados pela aquisição de controladas são reconhecidos no ativo intangível (vide nota explicativa 11).

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e MerchantE, foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, os resultados dessas empresas se referem ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2020.

As principais informações sobre as controladas em conjunto referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	31/12/2020						31/12/2020			
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	40,95	337.368	16.293	312.174	127.942	29.585	(9.828)	(5.391)	(2.207)	121.915
Paggo (b)	50,00	130	339	(209)	-	-	(112)	(113)	(40)	-
Total									(2.247)	121.915

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, a Paggo apresenta patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas.

	31/12/2019						31/12/2019			
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	40,95	346.961	24.350	322.610	149.774	50.805	16.243	22.550	9.234	126.228
Paggo (b)	50,00	243	340	(97)	-	-	(56)	(56)	(28)	-
Total									9.206	126.228

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019, a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ágios gerados na aquisição de investimentos em controladas em conjunto estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Orizon	10.143	10.143
Total	10.143	10.143

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	129.197
Dividendos recebidos:	
Orizon	(2.060)
Resultado com equivalência patrimonial	9.206
Provisão/Reversão para obrigações com investidas (*)	28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136.371
Dividendos recebidos:	
Orizon	(2.124)
Resultado com equivalência patrimonial	(2.247)
Provisão/Reversão para obrigações com investidas (*)	58
Saldo em 31 de dezembro de 2020	132.058

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações.

10 Imobilizado

			31/12/2020			31/12/2019
			Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações (a)	20	1.859.106	(1.065.735)	793.371	729.946	
Equipamentos de processamento de dados	20	313.096	(197.830)	115.266	68.988	
Direito de Uso (b)	10 - 20	141.856	(72.965)	68.891	79.667	
Instalações	10	98.428	(50.105)	48.323	54.402	
Máquinas e equipamentos	10 - 20	52.703	(33.051)	19.652	15.951	
Móveis e utensílios	10	19.515	(10.669)	8.846	10.569	
Veículos	20	1.773	(475)	1.298	1.528	
Total		2.486.477	(1.430.830)	1.055.647	961.051	

- (a) **Mudança na taxa anual de depreciação de equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.)** – A partir de 2019, houve alteração na expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos. Após estudo realizado pela administração, a Companhia constatou que os equipamentos que compõem seu parque instalado permanecem sendo utilizados, em média, 5 anos.
- (b) **Direito de Uso** – A partir de 2019, a Companhia realizou a adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) Arrendamentos, passando a registrar no ativo imobilizado o direito de uso dos imóveis alugados.

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2020
Equipamentos de captura de transações	729.946	321.840	(43.161)	(215.312)	58	793.371
Equipamentos de processamento de dados	68.988	74.951	(244)	(30.081)	1.652	115.266
Direito de Uso	79.667	5.537	0	(16.313)	-	68.891
Instalações	54.402	4.703	(1.098)	(9.684)	-	48.323
Máquinas e equipamentos	15.951	17.433	(11.476)	(5.117)	2.861	19.652
Móveis e utensílios	10.569	402	(334)	(1.831)	40	8.846
Veículos	1.528	116	-	(346)	-	1.298
Total	961.051	424.982	(56.313)	(278.684)	4.611	1.055.647

	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2019
Total	580.794	629.108	(18.668)	(227.068)	(3.115)	961.051

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 32.380 e R\$ 24.418, respectivamente.

11 Intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos	1.477.388	1.925.414
Outros ativos intangíveis	10.412.795	10.949.664
Total	11.890.183	12.875.078

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Multidisplay	24.790	26.664
Braspag	25.966	25.966
MerchantE	1.426.632	1.872.784
Total	1.477.388	1.925.414

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas são referidas M4U, pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do ágio líquido do aproveitamento do respectivo benefício fiscal é R\$ 24.790 (R\$ 26.664 em 31 de dezembro de 2019).

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada

pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do ágio líquido do aproveitamento do respectivo benefício fiscal é R\$ 25.966 (R\$ 25.966 em 31 de dezembro de 2019).

Aquisição do controle – MerchantE

Em agosto de 2012, a Companhia concluiu a aquisição, por meio da sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da MerchantE, sendo que o valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA incluiu o reconhecimento de ágio inicial na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado pela diferença entre o valor justo total, no montante de R\$ 627.581, e o preço de aquisição no montante de R\$ 1.365.256 somado ao saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos de R\$ 81.200. Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de *impairment*, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). O valor do ágio atualizado, em reais, em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 1.426.632 (R\$ 1.872.784 em 31 de dezembro de 2019). A variação do saldo consolidado do ágio no exercício decorre de oscilação do dólar e do reconhecimento da redução ao valor recuperável.

A movimentação do saldo de ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.857.457
Variação cambial	72.437
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.925.414
Redução ao valor recuperável	(978.183)
Variação cambial	534.258
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.477.388</u>

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2020		31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.250.111)	9.321.889
Software (b)	6,66 - 20	1.996.393	(1.167.939)	828.454
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.242.561	(1.048.234)	194.327
Desenvolvimento de projetos (d)	20	90.705	(23.825)	66.880
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	102.995	(102.820)	175
Contratos de serviços (f)	8 - 20	32.218	(31.222)	996
Marcas (g)	10	74	-	74
Total		<u>15.036.946</u>	<u>(4.624.151)</u>	<u>10.412.795</u>
				<u>10.949.664</u>

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)

de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e plataformas desenvolvidas internamente, que são utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **MerchantE** - A carteira de clientes da MerchantE foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Sociedade e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Companhia e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **MerchantE** - Com relação ao acordo de não competição, a MerchantE firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **MerchantE** - Com relação a contratos de serviços, a MerchantE, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2020
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	(385.733)	-	9.321.889
Software	726.434	260.755	(8.293)	(229.868)	60.312	828.454
Relacionamento com clientes	410.702	37.576	-	(306.591)	52.640	194.327
Desenvolvimento de projetos	88.496	24.102	(15.917)	(19.346)	8.659	66.880
Acordo de não competição	10.188	-	(3.387)	(21.912)	15.286	175
Contratos de serviços	6.148	-	-	(2.385)	(2.767)	996
Marcas	74	-	-	-	-	74
Total	10.949.664	322.433	(27.597)	(965.835)	134.130	10.412.795
	31/12/2018	Adições	(Baixas)/ reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2019
Total	11.218.695	565.532	(744)	(854.210)	20.391	10.949.664

As despesas com depreciação de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

12 Contas a pagar a clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a pagar a clientes (a)	61.590.049	63.012.288
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	49.065	201.943
Cauções de clientes (c)	131.222	125.392
Total	<u>61.770.336</u>	<u>63.339.623</u>

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Sociedade, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Sociedade e bancos emissores.
- (b) Representados por valores devidos pela controlada MerchantE a seus estabelecimentos comerciais, referentes à transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Debêntures privadas (a)	3.360.718	3.402.483
Debêntures públicas (b)	2.886.634	2.878.841
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	2.607.237	2.018.414
Financiamento de P&D	90.023	112.413
Capital de giro (c)	-	350.064
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	-	483.420
Total	<u>8.944.612</u>	<u>9.245.635</u>
Circulante	40.960	918.337
Não circulante	8.903.652	8.327.298
Total	<u>8.944.612</u>	<u>9.245.635</u>

(a) **Debêntures Privadas**

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("DI"), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

		Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$2.237.125. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) **Debêntures Públicas**

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)

ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da Companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, agência de *rating*, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures públicas possuem “*covenants*” que obrigam a Companhia a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) **Capital de giro**

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas novas operações.

(d) **Financiamentos de longo prazo - “*ten years bonds*”**

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “*bonds*” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “*bonds*” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “*covenants*” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “*bonds*”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “*Bonds*” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) **Operação 4.131**

A Companhia possui uma linha de crédito junto MUFGBank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano, podendo ser renovado a cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Companhia contrata um *Swap* para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFGBank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Companhia contratou *Swap* com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“*operação 4.131*”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo *Swap*, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidada na mesma data.

A Companhia e suas controladas cumpriram o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.862.977
Novas captações	18.488.597
Pagamento de principal	(17.182.565)
Variação cambial (principal e juros)	121.829
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	(1.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	483.421
Juros pagos	(503.536)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(37.883)
Amortização de custos de emissão de dívidas	14.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.245.635

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.245.635
Novas captações	6.097.196
Pagamento de principal	(7.143.479)
Varição cambial (principal e juros)	788.882
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.278
Juros provisionados e encargos apropriados	249.119
Juros pagos	(309.679)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(22.040)
Amortização de custos de emissão de dívidas	33.700
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.944.612</u>

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	
2022	5.531.718
2023	3.359.681
2024	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	<u>8.913.955</u>
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(10.303)
Total	<u>8.903.652</u>

14 Outras obrigações

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	141.265	171.493
Programa de participação nos resultados - PLR	132.337	129.746
Provisões sobre folha de pagamento	117.314	119.507
Passivo de arrendamento a pagar (b)	16.391	15.746
Outros valores a pagar (a)	496.374	393.549
Total	<u>903.681</u>	<u>830.041</u>
Passivo não circulante:		
Passivo de arrendamento (b)	61.694	72.413
Total	<u>61.694</u>	<u>72.413</u>

- (a) Saldo substancialmente composto por gastos relacionados às controladas: (i) Cateno referente ao embossing e postagem de cartões e (ii) à MerchantE no que tange ao processamento de transações e fees pagos a parceiros comerciais e bancos.
- (b) A partir de 2019, a Companhia realizou a adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16), passando a registrar um passivo decorrente das contraprestações a serem pagas dos contratos de aluguel. Nos quadros abaixo, apresentamos a movimentação dos saldos de arrendamentos a pagar e a abertura por prazo de vencimento destes saldos para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo inicial em 01 de Janeiro de 2019	<u>-</u>
Registro de contratos de arrendamento a pagar	156.530
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(33.034)
Remensuração do saldo de arrendamento a pagar	13.753
Pagamento de aluguel	(72.250)
Despesa financeira	23.160
Saldo final em 31 de Dezembro de 2019	<u>88.159</u>
Registro de contratos de arrendamento a pagar	3.928
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(173)
Remensuração do saldo de arrendamento a pagar	115
Pagamento de aluguel	(18.795)
Despesa financeira	4.851
Saldo final em 31 de Dezembro de 2020	<u>78.085</u>

Ano do vencimento	
2021	16.391
2022	16.831
2023	17.467
2024	16.606
2025	4.130
Acima de 5 anos	6.660
Total	<u>78.085</u>

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

	31/12/2019	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributárias	1.701.471	45.247	(37.406)	5.688	-	1.715.000
Cíveis	50.160	56.292	(29.138)	8.371	(31.615)	54.070
Trabalhistas	79.116	17.052	(16.773)	8.770	(18.516)	69.649
Total	<u>1.830.747</u>	<u>118.591</u>	<u>(83.317)</u>	<u>22.829</u>	<u>(50.131)</u>	<u>1.838.719</u>

	31/12/2018	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2019
Total	<u>1.782.197</u>	<u>126.994</u>	<u>(59.624)</u>	<u>16.569</u>	<u>(35.389)</u>	<u>1.830.747</u>

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Tributários	1.557.888	1.964	(4.552)	1.555.300
Trabalhistas	32.088	8.546	(22.549)	18.085
Cíveis	4.164	4.468	(3.030)	5.602
Total	<u>1.594.140</u>	<u>14.978</u>	<u>(30.131)</u>	<u>1.578.987</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
Total	1.637.377	28.580	(71.817)	1.594.140

Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se a seguir:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Companhia decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos. O mandado de segurança permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- **ISS (LC 157/16)** - Em decorrência das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/2016 quanto ao local de recolhimento do ISS, e posteriormente suspensas por liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), a Companhia constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação durante o período de vigência da lei. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 24.453 e R\$ 23.757, respectivamente.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-empregados da Companhia e suas controladas e também por ex-empregados de seus fornecedores. Em geral, nestas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a efetividade da provisão constituída com base nos processos encerrados.

As ações propostas por ex-empregados de fornecedores da Companhia são custeadas, via de regra, pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade da Companhia e suas controladas realizarem pagamentos em razão destes processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso destes valores perante as empresas terceirizadas.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 60,29% de referidas provisões ocorrerá em até 5 anos, e 39,71% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

c. Passivos contingentes classificados como perdas possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	732.476	192.463
Cíveis	229.220	228.879
Trabalhistas	81.313	69.545
Total	<u>1.043.009</u>	<u>490.887</u>

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** - Em fevereiro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos em 2015 a título de participação nos lucros dos colaboradores e das opções de compra de ações (“*Stock Options*”), no montante atualizado de R\$ 64.157. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **IRPJ/CSLL** - Em dezembro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de forma indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real entre os anos de 2015 e 2016, no montante atualizado de R\$ 430.457. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.

- **PIS/Cofins** - Em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 713.438 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 2.707.153.769 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados a remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 71.156 (R\$ 69.285 em 31 de dezembro de 2019).

c. Transações de capital entre sócios

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio Multidisplay 2016	82.284	82.284
Ágio Multidisplay 2020	26.157	-
Total	<u>108.441</u>	<u>82.284</u>

Em julho de 2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação, conforme a seguir:

Ativos líquidos adquiridos	17.849
Valor pago na data de fechamento	(92.309)
Valor a pagar Remuneração variável (“earn-out”)*	(7.824)
Ágio em transações de capital entre sócios	<u>(82.284)</u>

*Saldo remanescente registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante que será pago em até 43 meses a partir da data de fechamento, corrigidos pela variação de 100% do DI, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance”, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Em 29 de maio de 2020, a Cielo formalizou sua concordância em relação ao montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos sócios-fundadores da Multidisplay. Após o cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de

dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay). Em 19 de novembro de 2020, a Cielo conclui a aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay pela Cielo, passando a deter 100% de participação.

Valor pago na data de fechamento (a)	29.797
(-) Patrimônio líquido contábil adquirido	(3.640)
Ágio em transações de capital entre sócios (b)	26.157

(a) Contraprestação transferida mediante recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

(b) Saldo remanescente registrado como Ágio.

d. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”) com vigência de 02 de março a 10 de março de 2020, mediante o qual a Companhia adquiriu o total de 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações em complemento ao programa de recompra aprovado em 19 de fevereiro de 2020 (“Programa”) por meio do qual foram recompradas 2.595.332 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil e trezentas e trinta e duas) ações ordinárias no período de 25 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	(4.006.776)	(27.560)	6,88
Venda em abril	2.798	28	10,11
Recompra em julho	(2.595.332)	(12.653)	4,87
Venda em julho	528.836	4.642	8,78
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.661.292)	(84.815)	8,78

e. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2020	31/12/2019
Variação cambial sobre investimento no exterior	901.075	619.383
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(546.262)	(546.262)
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Benefício pós emprego, líquido	(2.916)	(16.783)
Total	341.252	45.693

f. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis do BACEN. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

g. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, conforme recomendação do Comitê de Auditoria e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2021. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de orçamento de capital foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O orçamento de capital terá como finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia, conferindo maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) a viabilizar a expansão para o ano fiscal de 2021 do volume pago de forma antecipada em até dois dias aos estabelecimentos comerciais clientes da Cielo decorrente de transações de cartão de crédito à vista e a prazo capturados pela Companhia; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 3.884.096 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 4.550.269 em 31 de dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2021 serão apreciados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 23 de abril de 2021.

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19.

Em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2020 e 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 151.470, e de dividendos, no montante de R\$ 14.951, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 166.421 (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido estatutário apresentado de acordo com as regras contábeis do BACEN, após a constituição da reserva legal), que foram pagos em 17 de fevereiro de 2021. Os proventos foram distribuídos com base na posição acionária de 29 de dezembro de 2020 para os juros sobre o capital próprio e 01 de fevereiro de 2021 para os dividendos.

i. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

j. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Em consonância com as regras aplicáveis do Banco Central, para fins societários, as informações financeiras oficiais da Companhia refletem as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O patrimônio líquido e o lucro líquido apresentados no critério COSIF diferem dos livros IFRS conforme apresentado na sequência:

	<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Lucro líquido</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em COSIF	9.490.854	9.430.255	631.513	1.753.123
Amortização de ágios (a)	1.422.279	1.421.982	297	17.323
Ajuste acumulado de tradução (CTA) (b)	1.121.915	589.883	-	-
Redução ao valor recuperável - Impairment MerchantE (c)	(978.183)	-	(978.183)	-
Transações de capital entre sócios – Ágios Multidisplay (d)	(108.441)	(82.284)	-	-
Contratos de aluguel – IFRS 16 (e)	(5.176)	(4.318)	(995)	(494)
Variação cambial – Bonds	-	-	-	(13.214)
Saldos em IFRS	<u>10.943.248</u>	<u>11.355.518</u>	<u>(347.338)</u>	<u>1.756.738</u>

(a) Refere-se à amortização acumulada dos ágios nos livros COSIF. Em IFRS, referidos ágios não são amortizados e são submetidos ao teste de *impairment* anualmente.

(b) Refere-se ao efeito da conversão de moeda sobre as diferenças acumuladas entre práticas contábeis COSIF e IFRS que impactaram as reservas de lucro.

- (c) Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). Este efeito foi reconhecido apenas nos livros em IFRS, pois, conforme preceitua IAS 36 – Impairment of Assets, os ágios são mantidos a valor histórico e submetidos ao teste de impairment, no mínimo, anualmente. Nas Demonstrações Financeiras em COSIF, não houve o reconhecimento desse impairment, pois, conforme as práticas contábeis do Banco Central do Brasil, o ágio é amortizado pela expectativa de vida útil futura e, nessa data, já estava completamente amortizado.
- (d) Refere-se ao ágio pago pela Cielo em julho de 2016 (quando passou a deter 91,44% de participação na Multidisplay) e em 19 de novembro de 2020 (quando ocorreu a aquisição das ações remanescentes representativas de 8,56% do capital, passando a Cielo a deter 100% de participação na Multidisplay). No IFRS, esta operação foi tratada como uma transação de capital entre sócios, registrada diretamente no Patrimônio Líquido. No COSIF, nos demonstrativos contábeis consolidados, o montante compõe o grupo de intangível, no ativo..
- (e) Representa os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos (ainda não aprovado pelo BACEN), que determina o reconhecimento dos ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados, dos valores a pagar dos contratos e seus respectivos impactos em resultado do exercício (depreciação e despesa financeira).

17 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Abril	2.798
Julho	528.836
Recompra de ações – Março	(4.006.776)
Recompra de ações – Julho	(2.595.332)
Total	<u>2.707.153.769</u>

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	(347.338)	1.756.738
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>2.709.907</u>	<u>2.712.719</u>
Lucro por ação (em R\$) - Básico	(0,12817)	0,64759

Lucro por ação diluído

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	(347.338)	1.756.738
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.709.907	2.712.719
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	8.442	3.984
Total (em milhares)	<u>2.718.349</u>	<u>2.716.703</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	(0,12778)	0,64664

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	12.273.441	12.504.436
Impostos sobre serviços	(1.087.428)	(1.150.594)
Total	<u>11.186.013</u>	<u>11.353.842</u>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

19 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com pessoal	(1.064.148)	(971.394)
Depreciações e amortizações	(1.230.822)	(1.081.278)
Serviços profissionais	(333.680)	(292.974)
Gastos com aquisição (a)	(5.592.198)	(5.413.373)
Vendas e marketing (b)	(580.896)	(544.988)
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	(1.245.662)	(1.029.792)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS (d)	(1.280.843)	(102.239)
Total	<u>(11.328.249)</u>	<u>(9.436.037)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(8.071.148)	(7.272.480)
Despesas com pessoal	(772.533)	(716.827)
Despesas gerais e administrativas	(505.070)	(425.472)
Vendas e marketing	(373.416)	(544.988)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.606.082)	(476.271)
Total	<u>(11.328.249)</u>	<u>(9.436.038)</u>

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas e marketing incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.
- (d) Na rubrica de "Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS", consta a redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio reconhecido na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 com base no dólar médio de dezembro de 2020), assim como, provisão para perdas operacionais e créditos incobráveis, cujo detalhe está demonstrado na nota explicativa 20 – Outras despesas operacionais, líquidas. Adicionalmente, no 2º trimestre de 2020, foi contabilizado o saldo residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, referente ao contrato encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme detalhado na nota explicativa 28 - Transações e saldos com partes relacionadas.

20 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Perdas com créditos incobráveis e fraude (a)	(511.854)	(389.382)
Provisão para risco e (reversão), líquida (b)	(61.378)	(81.692)
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(86.979)	(16.041)
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (d)	(978.183)	-
Outras	32.312	10.844
Total	<u>(1.606.082)</u>	<u>(476.271)</u>

- (a) Correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No exercício de 2020, a controlada Cateno incorreu em perdas operacionais no montante de R\$ 208.476 (R\$ 65.352 em 2019), o que é reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia da COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência). Adicionalmente, em 2020, a Controladora vendeu uma carteira de clientes inadimplentes (créditos incobráveis já apropriados para perda em períodos anteriores) por R\$ 17.996, incorreu em perda operacional, no montante de R\$ 24.897, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza e registrou o incremento de provisão para créditos incobráveis decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID19 (complemento de R\$ 6.802).
- (b) Montantes substancialmente decorrentes de perdas/baixas de equipamentos de captura (em 2020, houveram de perdas com terminais de captura no montante de R\$ 42.800).
- (c) No exercício de 2020, houve o registro do ressarcimento de gastos do Arranjo Ourocard à controlada Cateno de R\$ 29.907, conforme acordo contratual entre Cateno e o Banco do Brasil S.A.
- (d) Em 31 de dezembro de 2020, após a realização do teste anual de *impairment*, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio reconhecido na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 com base no dólar médio de dezembro de 2020)

21 Compromissos

A Companhia tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Companhia celebrou os seguintes contratos:

Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de Dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	313.188
De 1 ano a 5 anos	409.963
Total	<u>723.151</u>

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

22 Benefícios a empregados

Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$15.398 (R\$ 34.210 em 31 de dezembro de 2019).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 4,33% a.a., com índice de inflação de 3% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 23% a.a. e aposentadoria aos 60 anos.

Previdência Complementar

A Companhia e suas controladas Servinet, Aliança e Stelo contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 7.956 (R\$ 9.514 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$81.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$88.806 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Companhia, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

23 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

	Exercício/20	Exercício/19
Colaboradores	112.821	102.499
Diretores estatutários	12.004	15.606
Total	<u>124.825</u>	<u>118.105</u>

24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Companhia são como seguem:

	Exercício/20			Exercício/19		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	8.480	13.918	22.398	8.232	15.340	23.572
Conselho de administração	2.833	-	2.833	2.776	-	2.776
Total	<u>11.313</u>	<u>13.918</u>	<u>25.231</u>	<u>11.008</u>	<u>15.340</u>	<u>26.348</u>

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de

Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal para o exercício de 2020, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de julho de 2020, foi de R\$52.307 (R\$ 49.000 para o exercício de 2019), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual proposta para o exercício corrente é de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

25 Plano de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovada a outorga exclusiva em ações restritas para o ano de 2015, sem alteração no Plano vigente. Essa decisão foi mantida para as outorgas dos anos subsequentes.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Programa	Status	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2018	Ativo	901.988	(316.725)	(476.694)	108.569	Julho de 2018	17,07	17,07
Ações Restritas 2019	Ativo	2.419.297	(658.332)	(254.067)	1.506.898	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Ativo	5.042.968	(698.705)	-	4.344.263	Julho de 2020	3,94	3,94
Sócio Cielo 2018	Ativo	437.187	(165.502)	(229.968)	41.717	Março de 2018	25,32	25,32
Sócio Cielo 2019	Ativo	995.372	(347.876)	(361.717)	285.779	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(743.262)	-	2.155.196	Março de 2020	7,12	7,12
Total de Ações	***	12.695.270	(2.930.402)	(1.322.446)	8.442.422	***	***	***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado no resultado o valor líquido de encargos de R\$ 13.468 (R\$ 11.613 em 31 de dezembro de 2019), sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 4.215 (R\$ 9.039 em 31 de dezembro de 2019), com um total de 1.036.390 (1.026.925 em 31 de dezembro de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 1.871 (R\$ 5.597 em 31 de dezembro 2019).

26 Resultado financeiro

	<u>Exercício/20</u>	<u>Exercício/19</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	157.365	160.184
Outras receitas financeiras	9.416	29.183
PIS e Cofins (b)	(6.142)	(7.697)
Total	<u>160.639</u>	<u>181.670</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos	(354.769)	(557.772)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	(95.001)	(125.182)
Juros sobre provisões para contingências	(23.359)	(17.281)
Outras despesas financeiras	(43.897)	(47.062)
Total	<u>(517.026)</u>	<u>(747.297)</u>
Rendimento FIDCs:		
Aquisição de recebíveis (a)	509.954	1.162.873
Outros direitos creditórios	13.417	9.380
PIS e Cofins (b)	(20.699)	(49.239)
Total	<u>502.672</u>	<u>1.123.014</u>
Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(29.918)	2.873
Total	<u>116.367</u>	<u>560.260</u>

- (a) O saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “*pro rata temporis*”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Despesas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pela Companhia, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

27 Gestão de Riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo adota o conceito de 3 (três) linhas de defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1ª linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2ª linha representada pela Diretoria de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, compliance, prevenção à fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro, gestão da continuidade de negócios, segurança da informação, privacidade e proteção de dados, gestão de crises e ambiente de controle, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3ª linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Companhia mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de

Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, incluindo derivativos e contas a receber operacionais, conforme segue:

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.507.241	3.212.392
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	694.539	1.067
Contas a receber operacionais	7	70.975.686	73.044.308
Total		<u>75.177.466</u>	<u>76.257.767</u>

Risco de Crédito da Contraparte – Risco Emissor

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, situações em que a Cielo pode ser responsabilizada a efetuar o pagamento dos recebíveis aos estabelecimentos comerciais sem o recebimento dos valores pelo banco emissor. Tais riscos podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores, sendo que a Companhia avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

<u>Rating interno dos emissores</u>	<u>Exigência de Garantia</u>	<u>Exposição total em 31.12.2020</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>	<u>Exposição total em 31.12.2019</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>
Grupo 1	Não	97,8%	-	95,2%	-
Grupo 2	Sim	2,2%	49%*	4,8%	22%*
Total do Contas a receber com bancos emissores		100%		100%	

**Parte da exposição é oriunda da limitação do instituidor do arranjo em solicitar garantia ao emissor.*

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 77,5% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira. Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e

do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Lei nº 14.031/2020 estabelece que os recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento devem ser destinados para o cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei nº 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas Demonstrações Financeiras de modo que, a depender do regulamento do arranjo, os credenciadores poderiam, em tese, vir a serem responsabilizados pelo inadimplemento de obrigações de terceiros.

Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos

Em sua operação, a Companhia também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Companhia adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Companhia. Ademais, a Companhia pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos.

Ressalta-se que a Lei nº 14.031/2020 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos subcredenciadores, bem como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos subcredenciadores e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 corresponde a 5,4% e 7,5%, respectivamente.

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para créditos incobráveis e fraude totalizava R\$ 511.854 (R\$ 389.382 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 20.

Risco de Crédito de Clientes – Chargeback e Vendas diferidas

Os clientes da Companhia devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte

dos clientes da Companhia na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Companhia não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas com cartão não presente, que inclui as diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. Esse tipo de transação acontece tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, ou ainda em vendas por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Companhia fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias, já convertidas em lei, que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira destes clientes, pode impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* no exercício de 2020 e de 2019 estão demonstrados a seguir:

	Exercício/2020		Exercício/2019	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	4,5%	0,80%	9,7%	0,56%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	13,7%	0,93%	9,9%	1,06%
Bens duráveis e semiduráveis ¹	21,5%	0,04%	22,3%	0,05%
Bens não duráveis ²	34,9%	0,01%	32,8%	0,01%
Serviços e outros	25,4%	0,07%	25,3%	0,10%
Total	100,0%	0,19%	100,0%	0,20%

¹Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

²Bens não duráveis: Supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.

³Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. Gestão de Riscos Operacionais

A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas

de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.681/2013 e Resolução nº 2.554/1998.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Companhia utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Cielo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O índice de endividamento no fim do exercício de relatório é o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	3.507.241	3.212.392
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos (a)	694.539	1.067
Dívida (b)	(8.944.612)	(9.245.635)
Dívida líquida	(4.742.832)	(6.032.176)
Patrimônio líquido (c)	14.058.084	15.027.843
Índice de endividamento líquido	33,74%	40,14%

(a) Instrumentos financeiros derivativos compreende a posição do contrato de “swap” e de “NDF”, mencionados na nota explicativa 5.

(b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 13.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

f. Gestão de Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Companhia é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Companhia dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu o controle da MerchantE, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 31 de dezembro de 2020 totalizou uma perda de R\$ 281.692 (R\$ 42.314 em 31 de dezembro de 2019), reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (a)	6.363	15.907	31.815	3.909	9.772	19.544
Patrimônio Líquido (b)	138.999	347.483	694.967	86.183	215.447	430.893

(a) Cenário de exposição no resultado sobre estrutura de hedge *Bonds*.

(b) Cenário sobre investimento em controlada no exterior.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(9.046)	(22.614)	(45.228)	(19.187)	(47.967)	(95.934)

28 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

A Companhia e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos (Passivos):		
Caixa e Equivalentes de caixa (a)	221.676	121.528
Contas a receber operacionais (b)	20.808.077	23.175.115
Empréstimos e financiamentos (c)	(3.360.718)	(3.402.483)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	29.907	-
Contas a pagar referente a serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (i)	(20.356)	-
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas:		
Receitas de aplicações financeiras (a)	42.192	74.111
Receitas de prestação de outros serviços (e)	38.647	49.088
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (f)	72.938	84.196
Despesas:		
Despesas financeiras (c)	(127.491)	(276.511)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (g)	(462)	(4.664)
Outras despesas operacionais (h)	(34.339)	(44.280)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (i)	(28.580)	(28.657)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (j)	(131.336)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (k)	(27.384)	-

As transações com partes relacionadas apresentadas acima foram realizadas com os bancos controladores (Banco Bradesco e Banco do Brasil).

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil (vide nota explicativa 13).
- (d) O saldo de R\$ 29.907 corresponde ao reembolso do excedente de gastos da Cateno conforme teto anual baseado em um percentual sobre o volume transacionado, de acordo com o contrato firmado com o Banco do Brasil.

- (e) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Companhia aos bancos acionistas; e (ii) compensação pelo Banco do Brasil à Cateno de custos e despesas que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado pela Cateno no Arranjo Ourocard. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.
- (f) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (g) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no exercício.
- (h) Corresponde a: serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada). A Companhia entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (i) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (j) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 149.336, sendo que do valor apurado de R\$ 18.000 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (k) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, após um processo de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Companhia tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Companhia e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Companhia junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Companhia destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual de incentivos de R\$ 27.384 referentes a anos anteriores, registrados em 2020.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 30 de dezembro de 2020, nos termos do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em

consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Companhia detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco acionista, no papel de emissor, deve fazer à Companhia em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco, na qualidade de portadores de cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Companhia.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Contrato para sistema antifraude

A Companhia tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Companhia detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos (“bandeiras”).

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4.707/2018 e Resolução 4.734/2019 a Companhia suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um

consenso sobre este tema.

Escrituração de ações da Companhia

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Companhia firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Companhia.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Direito de Exploração do Arranjo Ourocard

Conforme Nota Explicativa nº 11 - Intangível, a Cateno possui, junto ao BB Elo Cartões e ao Banco do Brasil, contratos que regem a exploração do Arranjo Ourocard. Dentre os contratos, há previsão de compensação de custos e despesas associados ao Arranjo Ourocard que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado. Em razão do aumento das despesas operacionais ocorrido em 2020 e dos impactos sobre o volume decorrentes da pandemia da COVID-19, o valor de gastos excedentes ao teto, no montante de R\$29.907, foi reconhecido como reembolso de despesas no 4º trimestre de 2020.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Companhia.

Concessão de Pontos Livelô

Contrato firmado com a Livelô S.A. para concessão de pontos Livelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Companhia.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Companhia e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Sociedade preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Companhia e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Companhia preste serviços de captura, roteamento, processamento e direcionamento das transações de pagamento referentes aos arranjos de pagamento da Elo, assim como, para fornecimento, pela Cielo, de mão de obra específica para o desenvolvimento de projetos de tecnologia pontuais e específicos e o licenciamento da plataforma de processamento das transações para a Elo.

Licenciamento de plataforma

Contrato firmado entre a Carson Serviços Financeiros (controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento através da adquirência, e soluções de promoção *marketplace*, assim como, a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e o gerenciamento da plataforma.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

29 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Desta forma, o Grupo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Em ato contínuo, a Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes do Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das informações contábeis consolidadas.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas MerchantE e Cielo USA.

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança e Stelo (que incorporou a Braspag em 31 de setembro de 2020) e computam o resultado de equivalência patrimonial das empresas Orizon e Paggo. "Gestão de contas de pagamento" corresponde às operações da controlada Cateno e "demais empresas" correspondem ao resultado das controladas MerchantE, Cielo USA, M4U e Braspag até 31 de setembro de 2020.

	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020				Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Mercado Interno (todas - MerchantE)	4.810.601	2.622.368	1.435.865	8.868.834	5.440.966	2.773.299	1.236.063	9.450.328
Mercado Externo (MerchantE)	-	-	2.317.179	2.317.179	-	-	1.903.514	1.903.514
Receita operacional líquida	4.810.601	2.622.368	3.753.044	11.186.013	5.440.966	2.773.299	3.139.577	11.353.842
Custo dos serviços prestados	(2.434.094)	(1.296.535)	(3.164.268)	(6.894.897)	(2.400.636)	(1.286.742)	(2.584.832)	(6.272.210)
Depreciação e amortização	(608.509)	(387.389)	(180.353)	(1.176.251)	(486.482)	(386.512)	(127.276)	(1.000.270)
Lucro Bruto	1.767.998	938.444	408.423	3.114.865	2.553.848	1.100.045	427.469	4.081.362
Despesas operacionais	(1.249.882)	(293.946)	(1.647.252)	(3.191.080)	(1.422.110)	(186.989)	(464.245)	(2.073.344)
Depreciação e amortização	(31.803)	(2.093)	(34.372)	(68.268)	(30.075)	(1.344)	(49.589)	(81.008)
Lucro Operacional	486.313	642.405	(1.273.201)	(144.483)	1.101.663	911.712	(86.365)	1.927.010
Resultado financeiro	99.838	63.349	(46.820)	116.367	491.608	118.452	(49.800)	560.260
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	586.151	705.754	(1.320.021)	(28.116)	1.593.271	1.030.164	(136.165)	2.487.270
Imposto de renda e contribuição social	(182.799)	(241.406)	104.983	(319.222)	(405.581)	(352.375)	27.424	(730.532)
Lucro (prejuízo) líquido	403.352	464.348	(1.215.038)	(347.338)	1.187.690	677.789	(108.741)	1.756.738
Atribuído a:								
Acionistas controladores	403.352	325.043	(1.216.900)	(488.505)	1.187.690	474.452	(111.135)	1.551.007
Acionistas não controladores	-	139.305	1.862	141.167	-	203.337	2.394	205.731

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Saldos patrimoniais			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do Ativo em 31/12/2020	88.092.885	10.871.952	(7.157.439)	91.807.398
Total do Ativo em 31/12/2019	95.018.450	12.669.122	(14.361.902)	93.325.670

30 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	281.692	42.314
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	773.698	121.829
Benefício pós emprego	13.866	(16.783)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	166.421	81.276

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	249.184
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000
Frota	1.635

32 Eventos Subsequentes

Em 07 de janeiro de 2021, após as aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, foi realizada a alienação da totalidade das ações na Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), que representam 40,95% do capital social da Orizon, para Bradseg Participações S.A. pelo valor de R\$ 128.992. Os efeitos da transação geraram uma perda de capital líquida de aproximadamente R\$ 5.909, que foram reconhecidos no balanço de janeiro de 2021.

33 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2021.